

# O Papel das Forças Armadas na Política Presidencial

Steve Corbett e Michael J. Davidson

*Este artigo foi originalmente publicado na edição do último trimestre de 2009 da revista Parameters (Winter 2009-10, vol. 34, no. 4).*

**N**A DISPUTA PRESIDENCIAL entre Bush e Kerry, em 2004, os dois candidatos tanto buscaram como receberam apoio de oficiais de alta patente da Reserva. Na Convenção Nacional do Partido Democrata, o Senador John Kerry “se fez cercar não apenas de ex-colegas da Marinha, mas também de destacados militares da Reserva”. O General da Reserva do Exército (e ex-candidato) Wesley Clark discursou na convenção, descrevendo Kerry como “um líder, um lutador e que será um grande comandante-em-chefe”<sup>1</sup>. Doze generais e almirantes da Reserva apoiaram Kerry, incluindo alguns de destaque, como o Almirante William Crowe, ex-Chefe do Estado-Maior Conjunto, e o General Merrill McPeak, ex-Chefe de Estado-Maior da Força Aérea. Posteriormente, McPeak apareceu em anúncios na televisão defendendo Kerry e seu serviço no Vietnã, em uma reação aos anúncios televisados do grupo de ex-combatentes *Swift Boat Veterans for Truth*. O General da Reserva do Exército Tommy Franks, o “arquiteto” das bem-sucedidas invasões no Afeganistão e no Iraque, aprovou publicamente o Presidente George W. Bush e, mais tarde, falou em seu apoio perante uma audiência nacional, na Convenção Nacional Republicana.

Da mesma forma, durante as campanhas presidenciais de Obama e McCain, em 2008, líderes militares da Reserva apoiaram ativamente e participaram das campanhas dos candidatos. Um dos oficiais da Reserva mais respeitado, o

ex-Secretário de Estado Colin Powell, cruzou a linha partidária e endossou a candidatura de Barack Obama, em uma rede nacional de televisão. *E-mails* do “General Wesley Clark” angariaram contribuições de campanha para o então candidato Obama<sup>2</sup>. Na sequência, Clark desmereceu a atuação militar do Senador John McCain no Vietnã em um canal de televisão nacional, levando o então Senador Obama a desabonar as críticas de Clark<sup>3</sup>. Ao referir-se ao evento, um artigo jornalístico citou Clark como um “célebre general democrata”<sup>4</sup>.

O apoio explícito de oficiais-generais da Reserva a candidatos presidenciais reflete uma preocupante tendência de politização das Forças Armadas dos EUA e, simultaneamente, de abandono gradual da ética profissional militar não partidária. Essa tendência moderna começou de modo sutil, com a candidatura de Dwight D. Eisenhower, mas assumiu uma feição perturbadora e pública quando destacados oficiais da Reserva começaram a apoiar candidatos. O que antes era considerado um comportamento impróprio, agora se tornou comum.

Este artigo analisará o histórico do desenvolvimento da ética profissional militar de neutralidade política e seu desgaste gradual. Também examinará o estado atual da participação militar admissível no processo político. No final, os autores postulam que deve ser desencorajada a participação ativa e pública de militares da Reserva na política partidária, assim caracterizados, devido aos potenciais prejuízos para as Forças Armadas dos EUA, tanto em termos materiais como em termos filosóficos. Se a força militar de uma democracia for politicamente partidária,

---

*O Coronel (da Reserva) Steve Corbett é instrutor de História na Central Texas College, no Forte Lewis, Estado de Washington. É graduado do US Army War College e da Boise State University.*

*O Tenente-Coronel (da Reserva) Michael J. Davidson é advogado do governo federal. Ele é graduado da Academia Militar dos EUA e de programas de direito do College of William and Mary, da Escola de Procurador-Geral da Justiça Militar e da George Washington University.*



Biblioteca do Congresso dos EUA

*Winfield Scott Hancock (14 Fev 1824 – 9 Fev 1886) era oficial de carreira do Exército dos EUA e candidato democrata para a Presidência dos Estados Unidos, em 1880.*

isso será, na verdade, um prejuízo para a própria democracia, já que a força militar não prestará seus serviços do modo mais completo e imparcial.

## **O Desenvolvimento de Forças Armadas Politicamente Neutras**

Embora a maioria dos norte-americanos aceite, em geral, a existência de uma tradição histórica de Forças Armadas apolíticas, muitos poderão custar a crer na considerável quantidade de indivíduos que exploraram com sucesso suas realizações militares e as transformaram em sucesso político. Antes da guerra civil, George Washington, Andrew Jackson, William Henry Harrison e Zachary Taylor chegaram à Presidência do país após suas bem-sucedidas carreiras militares. O General-de-Divisão Winfield Scott concorreu à Presidência

com mais insistência, mas com menos sucesso, enquanto servia como Comandante do Exército. As ambições políticas de Scott remontam, no mínimo, à campanha presidencial de 1840, na qual Harrison, um General da Reserva, saiu vitorioso. Em 1852, Scott, então Comandante do Exército, candidatou-se sem sucesso para Presidente pelo Partido Whig, obtendo mais de 40% dos votos populares, mas perdendo decisivamente no colégio eleitoral.

Ao menos um comandante-em-chefe foi influenciado pela possibilidade de surgirem adversários políticos nas forças militares estadunidenses, ao tomar decisões em tempo de guerra. Durante a guerra Mexicano-Americana, o Presidente James Polk enfrentou uma intrigante questão político-militar, quando os dois Generais mais capazes no Exército, Taylor e Scott, eram membros do partido político da oposição, embora a ambição pública de Taylor fosse insignificante em comparação à de Scott. Polk manteve-se relutante em conceder um importante comando a Scott, devido à evidente possibilidade de que ele se tornasse um rival político. Essa relutância só foi superada pela verdadeira necessidade de revigorar o esforço de guerra estadunidense. Apesar da aclamação popular relacionada à brilhante campanha de Scott na conquista da Cidade do México, foi Taylor que, de fato, se tornou mais um General-Presidente, em 1848.

As primeiras tentativas de coibir a atividade política partidária das Forças Armadas foram inusitadas e mal-sucedidas. Por exemplo, Sylvanus Thayer, o Superintendente da Academia Militar dos EUA de 1817-33, trouxe várias reformas a West Point, incluindo uma tentativa de “inculcar a neutralidade política nos cadetes”<sup>5</sup>. Durante a eleição de 1832, Thayer repreendeu severamente um cadete que havia cravado um bastão de noqueira na praça de armas para demonstrar seu apoio a Andrew Jackson [O bastão de noqueira amarga era o símbolo de Andrew Jackson, à época. — N. Do T.], uma decisão que mais tarde foi tornada sem efeito pelo próprio Jackson, que achou o episódio engraçado.

O período pós-guerra civil é geralmente considerado como o início da aceitação de Forças Armadas apolíticas como parte da ética profissional, nos Estados Unidos. Tendo assumido o comando do Exército em 1869, o General William

Tecumseh Sherman permaneceu no cargo por 14 anos e manteve a instituição rigorosamente fora da política partidária. O Exército “desencoraja[va] oficiais a se envolverem na política”<sup>6</sup>. De fato, a grande maioria dos oficiais pós-guerra civil nem mesmo votou<sup>7</sup>, e “muitos evitavam declarações públicas relacionadas à Presidência”<sup>8</sup>. O despreço de Sherman pela política de Washington (D.C.) era tal, que ele transferiu o quartel-general do Exército. Por dois anos, o Comandante e seu estado-maior foram localizados em Saint Louis, no Missouri, afastados fisicamente do centro de influência política.

As divisões traumáticas da nação durante e depois da guerra civil se refletiam nas visões políticas dos oficiais-generais. Na disputa travada entre os Republicanos Radicais e o Presidente Andrew Johnson, não haveria candidato mais promissor para os republicanos do que o General-de-Divisão Ulysses S. Grant. Embora a candidatura de Grant possivelmente fosse inevitável, considerando o precedente estabelecido por Washington, Jackson e Taylor, sua potencial candidatura foi fortalecida quando ele prestou apoio tácito aos Republicanos Radicais e ao Secretário da Guerra Edwin Stanton, durante o impasse do Lei sobre Posse de Cargos Públicos (*Tenure of Office Act*), que acabou por levar ao processo de *impeachment* do Presidente Johnson. Ainda que não tenha sido um participante ativo, Grant se posicionou de forma clara, embora discreta, contra seu próprio comandante-em-chefe. Em 1869, deixou seu cargo de Comandante do Exército para ser empossado como Presidente.

Já na vitória republicana, com a eleição de Abraham Lincoln, em 1860, o derrotado Partido Democrata buscou ativamente atrair militares célebres para suas fileiras. O homônimo de Winfield Scott, General-de-Brigada Winfield Scott Hancock, havia acumulado grandes feitos em combate, durante a guerra civil. Já na convenção democrata de 1864, ele recebeu pelo menos um voto de delegado para a nomeação presidencial enquanto se recuperava de sérios ferimentos causados durante a batalha de Gettysburg e que quase o levaram a morte. A escolha dos democratas acabou recaindo sobre o General-de-Brigada George B. McClellan que havia sido demitido como oficial e já não estava no serviço ativo.

A situação de Hancock é fascinante, já que ele se candidatou três vezes para a nomeação presidencial democrata enquanto era general da ativa, sendo, na maior parte desse período, um subordinado do “apolítico” Sherman. Hancock perdeu a nomeação em 1868 e em 1876, mas a conseguiu em 1880. Nesse ano, foi derrotado por James A. Garfield, um republicano e ex-General da guerra civil, em uma eleição decidida por uma margem estreita de votos. Na confusão que se seguiu à contestada eleição de Rutherford B. Hayes e Samuel J. Tilden, em 1876, correram boatos de que Hancock, que fora derrotado por Tilden para a nomeação democrata, usaria a força para garantir a vitória deste último. Esses boatos atingiram tal magnitude, que Hancock sentiu-se compelido a escrever a Sherman, o então Comandante do Exército, para afirmar que “O Exército não deveria ter nada a ver com a escolha ou a posse de presidentes”. Obviamente, Hancock optou por separar a instituição Exército das suas ambições pessoais de candidato a presidente do país, por quatro vezes<sup>9</sup>.

Notoriamente, entre a derrota de Hancock, em 1880, até a candidatura de Dwight Eisenhower, em 1952, nenhum militar profissional foi nomeado para a Presidência. Em sua famosa obra, *The Soldier and the State* (“O Soldado e o Estado”), o Professor Samuel Huntington descreveu essa lacuna de 72 anos como um reflexo do “elevado profissionalismo existente nas Forças Armadas, no período pós-1865”<sup>10</sup>.

Com poucas exceções, a neutralidade política dos militares de carreira firmou-se como uma ética profissional a partir do período pós-guerra civil, até próximo ao início da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, a maioria dos oficiais profissionais não se preocupava com a política partidária. Na verdade, a maioria nem votava<sup>11</sup>. Ao menos no Exército, a aversão à participação na política partidária — incluindo ir às urnas para votar — havia se tornado um costume estabelecido<sup>12</sup>. O entendimento da classe militar era de que as Forças Armadas se constituíam em “o servidor neutro do Estado”, fiéis a “quem quer que detivesse as rédeas do poder, sob o sistema constitucional” e, assim, “ficavam fora da sujeira da política”<sup>13</sup>. As afiliações políticas e até o simples ato de votar eram considerados conflitantes com o profissionalismo militar.

O General George C. Marshall foi um grande exemplo da tradição militar de neutralidade política, evitando qualquer participação na política partidária. Segundo se diz, Marshall nunca votou<sup>14</sup>. Em nítido contraste com o hiperpolítico Franklin Roosevelt, Marshall conquistou a confiança inabalável do Presidente por ter se recusado, seguidas vezes, a tirar proveito da responsabilidade e da visibilidade que obteve durante a Segunda Guerra Mundial. Roosevelt, livre da ameaça de competição política de seu Chefe de Estado-Maior do Exército, pode ouvir os conselhos e as recomendações de Marshall, sem receio. Nem sempre aceitou as sugestões, mas o estóico reconhecimento do controle civil supremo, pelo General, reforçou sua autoridade de forma eficaz. A atitude apolítica de Marshall era um grande componente de sua eficácia. Ao assumir como Secretário de Estado, em 1947, Marshall negou veementemente qualquer intenção de se tornar um candidato a cargos políticos, ou de se envolver em política, e declarou que o cargo de Secretário de Estado seria “apolítico”, enquanto ele o ocupasse<sup>15</sup>.

Justaposta à figura de Marshall, está outra personagem titânica da Segunda Guerra Mundial, o General Douglas MacArthur. As ambições pessoais de MacArthur com relação à Presidência eram bem menos diretas e públicas do que as de Hancock. Durante e após a guerra, suas frequentes correspondências com republicanos conservadores eram, quase sempre, críticas aos dois presidentes sob os quais serviu (Roosevelt e Harry S. Truman). A divulgação pública dessas cartas resultava, via de regra, em negativas enfurecidas de MacArthur, que, no entanto, nunca deixou de escrevê-las. Em 1944, uma breve candidatura de MacArthur recebeu um único voto de delegado para nomeação presidencial, pelo Partido Republicano. Na convenção de 1948, enquanto ele ainda servia como governador militar no Japão, seus apoiadores mais uma vez promoveram sua candidatura, sem sucesso. Em 1951, a crítica de MacArthur à política do governo e a tentativa desajeitada de eximir-se de culpa pelo fracasso que se verificava na Coreia acabaram resultando no seu afastamento pelo Presidente Truman. Dali em diante, sua carreira e suas aspirações políticas desvaneceram.

Um divisor de águas na politização das Forças Armadas foi a decisão do General da Reserva Dwight D. Eisenhower de candidatar-se à Presidência. A partir de 1949, vários políticos passaram a tentar persuadir Eisenhower a candidatar-se à Presidência pelo Partido Republicano, incluindo figuras bem conhecidas na política, como o ex-Governador do Estado de Nova York e ex-candidato à Presidência Thomas Dewey e o Senador do Estado de Massachusetts Henry Cabot Lodge. Marshall tentou desencorajar o General Eisenhower a candidatar-se, “aconselhando-o a abandonar quaisquer interesses na política ou na preferência partidária, por esses serem inconsistentes com a carreira profissional de um soldado”<sup>16</sup>. Como Marshall, Eisenhower tinha anteriormente se absterido da política a ponto até de não votar<sup>17</sup>.

## Mudanças dos Valores Centrais

Hoje, as Forças Armadas, como uma instituição, mantêm a separação tradicional de direito (*de jure*) da política partidária como um valor central de sua ética profissional<sup>18</sup>. A Diretriz do Departamento de Defesa (*Department of Defense Directive — DODD*) 1344.10, “Atividades Políticas de Integrantes das Forças Armadas” (*Political Activities by Members of the Armed Forces*), proíbe que o militar da ativa participe de várias atividades político-partidárias, incluindo usar sua autoridade oficial para influir em uma eleição ou para solicitar votos ou contribuições monetárias a candidatos; participar de paradas político-partidárias; e exibir publicamente cartazes político-partidários nas instalações militares onde serve<sup>19</sup>. Em uma corte marcial, uma testemunha “tem o privilégio de recusar-se a revelar o conteúdo de seu voto em uma eleição política baseada no voto secreto, salvo se esse voto for ilegal”<sup>20</sup>.

A liderança das Forças Armadas também toma medidas para reforçar o conceito de uma força militar politicamente neutra. Durante sua palestra aos formandos da Academia Naval dos EUA, em maio de 2007, o Secretário de Defesa Robert Gates lembrou os novos oficiais sobre a importância de “uma força militar apolítica” e de sua obrigação de “informar às pessoas subordinadas a eles que a força militar ‘deve ser apolítica’”<sup>21</sup>. Como a eleição presidencial de 2008 estivesse próxima,

o Chefe do Estado-Maior Conjunto, Almirante Michael Mullen, expediu uma mensagem aos militares, lembrando-os a “permanecerem apolíticos, sempre”, enfatizando que as Forças Armadas eram “um instrumento neutro do Estado” e encorajando todos a manterem suas “posições políticas para si próprios”<sup>22</sup>.

Apesar de serem oficialmente neutros, contudo, os militares votam, e esses votos são ativamente buscados pelos partidos políticos. De fato, acredita-se que os votos de soldados e marinheiros da União [durante a guerra civil — N. do T.] tenham sido decisivos para a vitória de Lincoln sobre McClellan, em 1864<sup>23</sup>.

Além disso, apesar da posição oficial das Forças Armadas, tem havido crescente preocupação de que os oficiais estejam se tornando cada vez mais politizados<sup>24</sup>. O corpo de oficiais de hoje, em geral, vota e “se identifica com uma filosofia e um partido político”, normalmente, republicanos<sup>25</sup>. De fato, os padrões de votação dos militares indicam que eles votam “em percentuais mais altos do que a população em geral”<sup>26</sup>. No entanto, a histórica tendência pró-republicana possivelmente tenha diminuído, no pleito mais recente<sup>27</sup>.

Não existe nenhuma explicação definitiva para a progressiva politização das Forças Armadas. Desde a Segunda Guerra Mundial, esse tem sido um processo gradual, com alguns fatores tendo contribuído para seu problemático estado atual. Apesar do conselho de Marshall, o General Eisenhower concorreu à Presidência e foi eleito, lançando um claro golpe contra a muralha da neutralidade política dos militares de carreira.

Outros fatores contribuíram para a deterioração da neutralidade política das Forças Armadas. Um historiador sugere que os militares tenham começado a votar nos anos 50 e que tenham, concomitantemente, se tornado mais interessados na política, na mesma época em que o tabu cultural contra essa forma mais simples de participação política foi descartado, devido à implantação do Programa Federal de Assistência à Votação. Mais tarde, os republicanos viriam a capturar o voto dos militares, na década de 80, quando o Presidente Ronald Reagan “aproximou-se das forças militares, considerando-as como um eleitorado fundamental”<sup>28</sup>. Além disso, têm-se afirmado que a mais recente orientação política das Forças Armadas foi uma reação ao governo Clinton. A

liderança militar passou a agir “politicamente para se opor a algumas políticas daquele governo, e o governo respondeu com a politização crescente do processo de seleção dos oficiais-generais, a um ponto sem precedentes”<sup>29</sup>. Independentemente da causa, embora as Forças Armadas, como uma instituição, ainda aceitem a neutralidade política como um valor central, os que integram suas fileiras — e muitos oficiais na Reserva — estão, cada vez mais, abandonando essa tradição na esfera individual.

### Papéis Admissíveis para Militares na Reserva

Como qualquer outro cidadão, militares que passaram para a Reserva podem — e devem — participar da política norte-americana, caso o façam equiparando suas condições a de qualquer civil. Militares na Reserva votam devidamente, candidatam-se a cargos públicos e apoiam candidaturas de outras pessoas. Integrantes da Reserva mencionam sua experiência e o serviço que prestaram à nação quando se candidatam a cargos públicos, ou quando em serviço a um governo, como nomeados políticos. De fato, a DODD 1344.10 permite a um integrante das Forças Armadas, que não esteja no serviço ativo e que se candidate a cargos públicos, mencionar seu posto ou graduação, a Força Singular a que pertenceu e seu cargo, além de utilizar uma fotografia com uniforme militar, contanto que seu *status* como integrante da Reserva seja indicado claramente e que suas informações biográficas deixem claro que não há qualquer apoio oficial à sua candidatura<sup>30</sup>.

Exemplos recentes incluem o candidato presidencial John McCain, um Capitão-de-Mar-e-Guerra da Reserva, que destacou seu serviço honroso como piloto da Marinha e como prisioneiro de guerra, enquanto disputou a eleição. No governo Obama, o General Erick Shinseki, da Reserva, serve como o Secretário de Assuntos de Veteranos e o General James L. Jones, da Reserva do Corpo de Fuzileiros Navais, é o conselheiro de segurança nacional do Presidente. Considerado como seguidor do modelo de Marshall, Jones foi descrito como uma pessoa que não perseguiu o cargo, não precisa dele e “não tem motivação alguma que não seja a de servir ao Presidente”<sup>31</sup>.

Embora mais polêmica, a participação de várias

organizações de veteranos em atividades políticas, como a “Legião Americana” ou a “Veteranos de Guerras Estrangeiras”, é, hoje, considerada como aceitável, em geral. Essa não foi necessariamente a visão original da maioria dos fundadores do país, contudo. Após meses, se não anos, recebendo baixos salários ou sem receber pagamento algum, com um sistema de suprimento não confiável, e com outras frustrações crescentes, muitos oficiais do Exército Revolucionário norte-americano passaram a considerar o Congresso Continental como a fonte de seus problemas. Em março de 1783, George Washington foi forçado a abordar pessoalmente essas frustrações, durante uma reunião com seus oficiais — o famoso “Discurso de Newburgh”. O grande prestígio de Washington acalmou a situação imediata, mas poucas soluções de fato surgiram no Congresso.

Ao término formal da Revolução, no mesmo ano, os oficiais frustrados com a falta de salário, formaram a Sociedade do Cincinnati, assim denominada em homenagem ao antigo soldado-fazendeiro romano. Criada pretensamente como uma organização de caridade para oferecer apoio a ex-oficiais durante os tempos difíceis que se seguiram à guerra, sua existência representou certa ameaça à autoridade civil, embora de modo nebuloso. A filiação era herdada por meio da primogenitura, e a sociedade era uma das poucas organizações de âmbito nacional, nos EUA, durante a última parte do século XVIII.

Simultaneamente à Convenção Constitucional de 1787, a Sociedade do Cincinnati realizou sua própria reunião na Filadélfia, uma coincidência que não passou despercebida entre os delegados constitucionais. Elbridge Gerry, de Massachusetts, expressou seu temor de que organizações como a Sociedade permitiriam que pessoas “... dispersas por toda a União, e agindo de comum acordo...” conspirassem em distorcer processos democráticos como o Colégio Eleitoral<sup>32</sup>. Ao longo do tempo, o desconforto político em relação à sociedade diminuiu, à medida que o controle civil e os processos democráticos se solidificaram. A influência pessoal e a integridade impenetrável de Washington muito ajudaram a dispersar várias preocupações.

Durante os “anos dourados” que se seguiram à guerra civil, candidatos a todo tipo de cargo público obtinham sucesso ao “mostrarem a camisa

suja de sangue”, um grande apelo emocional aos eleitores com base no triplice trauma da secessão, da guerra civil e da reconstrução. O fator comum nessa época de campanha política hiperativa era o serviço militar do candidato — ou a falta dele.

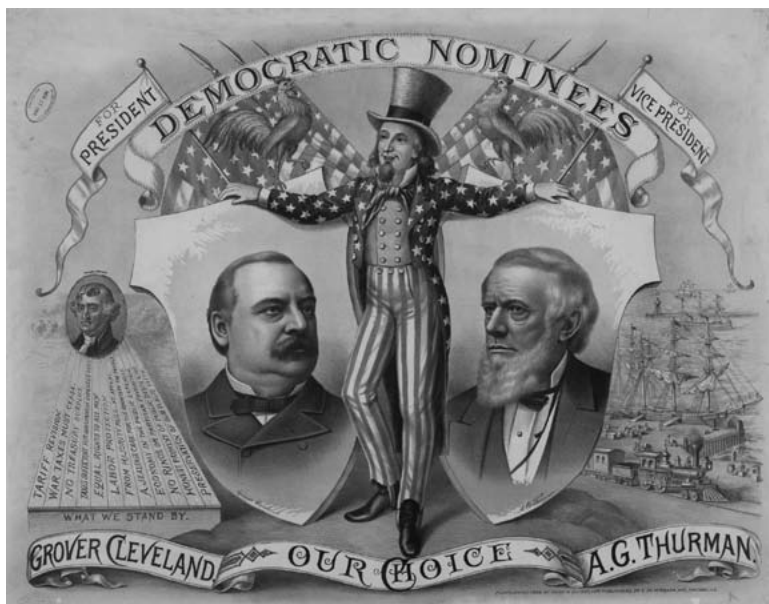
A maior associação de veteranos da União foi o “Grande Exército da República”, ou GAR (*Grand Army of the Republic*). Durante as décadas de 1880 e 1890, o GAR cresceu em número de associados e em influência, atingindo seu auge durante a disputa presidencial de 1888, entre o ocupante do cargo, o democrata Grover Cleveland, e o republicano Benjamin Harrison. Cleveland, que não havia servido durante a guerra civil, ganhara uma eleição disputadíssima em 1884, contra o republicano James G. Blaine, que também não tinha histórico de serviço militar. Como Presidente, Cleveland tinha vetado



Força Aérea dos EUA, Sgt. Dawn M. Price

O Senador John McCain, candidato do Partido Republicano à Presidência, em 2008, se dirige a membros da Liga de Cidadãos Latino-Americanos Unidos, durante sua 79ª Convenção e Exposição Nacional em Washington, DC, 8 Jul 08.

Biblioteca do Congresso dos EUA



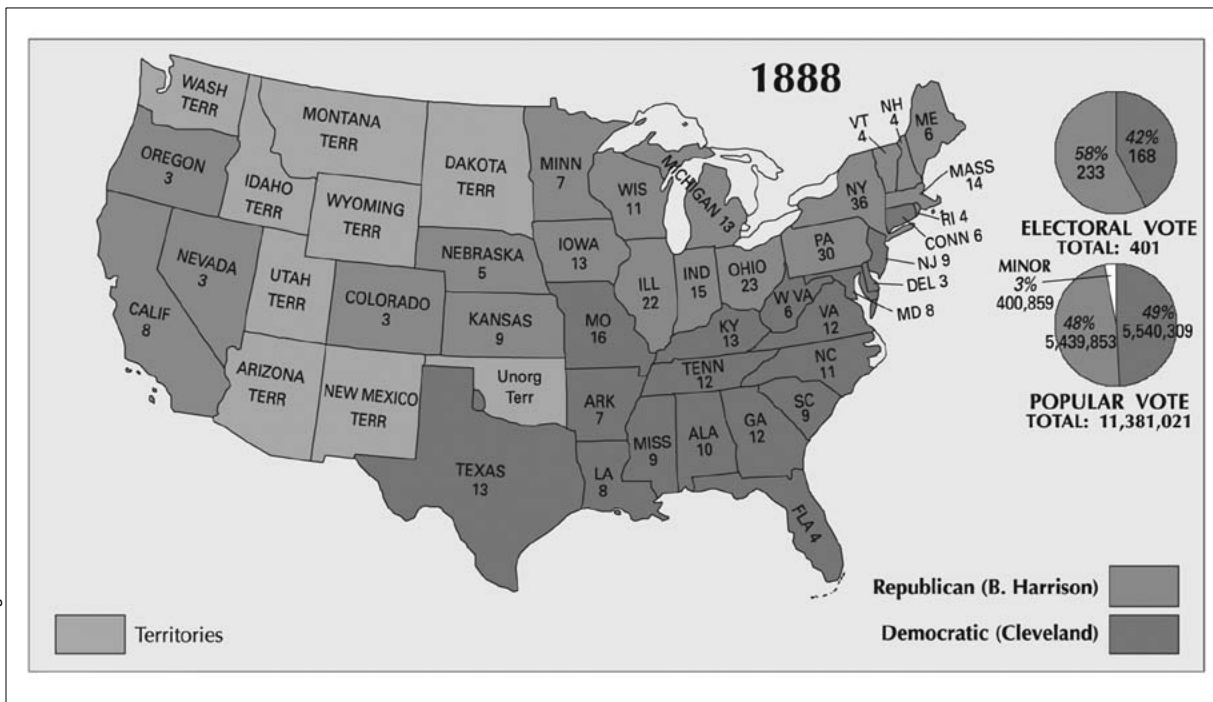
Uma gravura mostrando o Tio Sam e dois grandes escudos, com retratos de Grover Cleveland e A.G. Thurman, os candidatos democratas para os cargos de Presidente e Vice-Presidente.

qualificado para altos cargos, era um veterano da guerra civil que fora promovido a general durante a Marcha para o Mar, de Sherman. Durante toda a campanha eleitoral de 1888, acampamentos e convenções do GAR foram ostensivos comícios em favor dos republicanos, com direito a tambores e bandas. Esse apoio público do GAR foi essencial para o sucesso de Harrison em Estados-chave no norte do país e resultou em sua vitória eleitoral, apesar de ele haver perdido por pouco no voto popular<sup>33</sup>. Quatro anos mais tarde, o apoio dos veteranos não foi suficiente para superar o desempenho medíocre de Harrison na Presidência e Cleveland retornou ao cargo, em 1892.

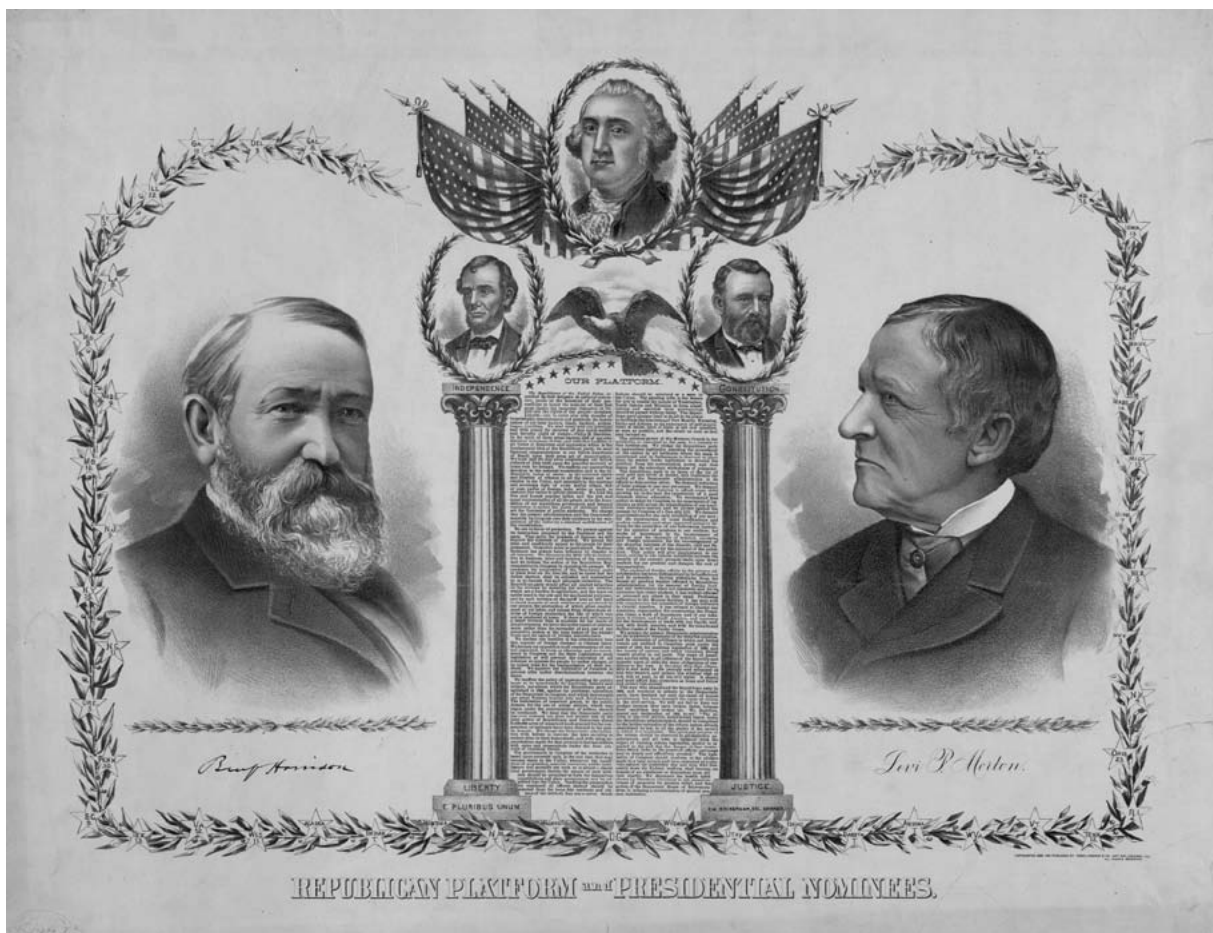
muitas solicitações de pensão a veteranos, a maioria delas inegavelmente espúrias. Não obstante, defensores dos veteranos e das viúvas idosas passaram a defender o republicano Harrison, que, embora sabidamente não estivesse

Mais recentemente, o grupo *Swift Boat Veterans for Truth* tornou-se uma organização controversa, tanto por sua eficácia, quanto por ter se constituído em um exemplo da capacidade que têm tais grupos de contornar as restrições

Nationalatlas.gov



O candidato republicano Harrison ganhou o voto eleitoral, mas perdeu no voto popular contra o candidato democrata Cleveland.



Biblioteca do Congresso dos EUA

Gravura com retratos dos bustos dos candidatos republicanos em 1888 para a presidência, Benjamin Harrison, e para a vice-presidência, Levi P. Morton.

das leis de financiamento de campanhas. O grupo lançou um ataque devastador contra a ficha de serviço no Vietnã do candidato de 2004, John Kerry. Chefiado por um almirante da reserva e composto por aproximadamente 250 veteranos de lanchas-patrolha rápidas da Marinha (*Navy Patrol Craft Fast — PCF*), que atuaram no Vietnã, o grupo atacou a legitimidade das condecorações de Kerry e suas atividades antiguerra, após ter passado para a Reserva.

Essas organizações políticas são denominadas “527”, porque são instituídas sob a seção 527 do Código da Receita Federal (Título 26 do Código dos EUA, Seção 527). Elas deveriam existir, principalmente, para influenciar na seleção de um indivíduo para um cargo público e, para isso, podem engajar-se em atividades destinadas a angariar eleitores ou fazer anúncios baseados em temas específicos.<sup>34</sup> No entanto, “não podem advogar expressamente em favor da eleição

ou da derrota de um candidato específico”<sup>35</sup>. Essas organizações são isentas de impostos, não lhes é requerido registro junto à Comissão Eleitoral Federal, e lhes é permitido arrecadar e gastar o chamado dinheiro *soft*, ou seja, recursos não regulados pelas leis de financiamento de campanha<sup>36</sup>. Grupos “527”, tanto democratas como republicanos, bateram recordes durante a disputa presidencial Bush-Kerry, arrecadando mais de US\$ 277 milhões<sup>37</sup>.

### O Apoio de Oficiais-Generais da Reserva

A crescente onda de oficiais-gerais apresentarem publicamente sua aprovação a candidatos presidenciais é um movimento preocupante, que só servirá para exacerbar a atual tendência à perda de neutralidade política pelas Forças Armadas. Alguns atribuem as origens dessa tendência atual à co-presidência que o



General P.X. Kelley exerceu no grupo “Veteranos por Bush”, em 1988, que foi reforçada em 1992 pelo apoio do Almirante William Crow ao então candidato Bill Clinton<sup>38</sup>. Até a eleição de 2000, os republicanos já haviam solicitado apoio de diversos oficiais-generais da Reserva, em um esforço para garantir o voto militar<sup>39</sup>.

Na comunidade militar, não há consenso em relação à correção do apoio público de oficiais-generais da Reserva. Reagindo ao apoio a George W. Bush, na campanha presidencial de 2000, um coronel da Reserva do Exército postulou que “um general de quatro estrelas, da Reserva, representa a instituição que o produziu e, por definição, deve permanecer apolítico”. Um General-de-Divisão fuzileiro naval, da Reserva, assumiu uma postura mais assertiva: “Um oficial-general deve perceber que, ao emprestar seu nome ou seu título, ele (ou ela) estará sendo ‘usado’ por um político... Emprestar o nome e o título a uma campanha política é uma forma de prostituição”<sup>40</sup>. Um crítico desse tipo de apoio salientou “que [generais de] quatro estrelas, na verdade, jamais se ‘aposentam’, mas, como os Príncipes da Igreja, personificam a cultura central e representam coletivamente a comunidade militar com a mesma autoridade que tem o Alto-Comando no serviço ativo”<sup>41</sup>.

Em contrapartida, vários oficiais-generais da Reserva argumentam que, tendo deixado o serviço ativo, eles têm a liberdade de participar na política partidária, como qualquer outro cidadão. Em sua autobiografia, o Almirante Crowe justificou seu apoio a Clinton, afirmando que, uma vez que um militar profissional “deixe o serviço ativo, ele tem toda a liberdade de expressar sua opinião, sob qualquer forma legítima, e de participar inteiramente na vida política do país”<sup>42</sup>. Demonstrando uma posição apaixonada sobre o assunto, em uma carta publicada no *The Wall Street Journal*, o General-de-Exército da Reserva John Shalikashvili, que falou na Convenção Nacional Democrata e apoiou o Senador John Kerry para Presidente, reforçou a neutralidade política dos militares em serviço ativo, mas defendeu a participação “responsável” de oficiais da Reserva no processo político, como “uma responsabilidade para com a nossa nação, que é tanto honorável quanto consistente com o serviço militar por eles prestado”<sup>43</sup>.

## Ramificações Potencialmente Adversas

Sem dúvida, há grande valor na participação individual de oficiais-generais da Reserva no processo político. Cuidados e riscos se tornam evidentes, contudo, quando oficiais da Reserva se inserem na política partidária utilizando-se de sua situação de militares, enquanto apoiam candidatos. Como norma institucional, a neutralidade política é essencial à capacidade das Forças Armadas sobreviverem no formato atual. Quando oficiais da Reserva entram publicamente nas disputas políticas com seu apoio direto ou outras formas de envolvimento, precipitam várias preocupações que as Forças Armadas, como instituição, não devem menosprezar.

### *Rivais Políticos*

A possibilidade de que um oficial superior de hoje possa ser temido como um rival político ou um crítico público amanhã pode afetar a relação entre a liderança civil e as Forças Armadas. Como citado anteriormente, a escolha de um comandante militar durante a guerra Mexicano-Americana, pelo Presidente Polk, talvez tenha sido influenciada por tais considerações. Além disso, o historiador Lewis Sorley criou a teoria de que, em 1967, o Presidente Lyndon B. Johnson adiou o retorno do General William Westmoreland do Vietnã, porque receava que ele tivesse ambições presidenciais. Segundo Sorley, o General Bruce Palmer mencionou que Westmoreland havia sido “contaminado pelo vírus da Presidência” e que era visto como uma “ameaça política”. “Não iriam querer ‘Westy’ de volta aos EUA, sob essas circunstâncias”, disse Palmer<sup>44</sup>.

A liderança política civil pode vir a desconfiar e a temer seus assessores militares seniores, vendo-os como possíveis ameaças políticas. Isso impediria o livre fluxo de informações confidenciais e a franqueza nos assuntos de Estado. Mais perturbador ainda: A liderança política, no exercício de cargos públicos, poderia escolher seus assessores militares com base em suas inclinações políticas e na futura afiliação partidária, em vez de considerarem sua experiência militar e a qualidade de seus conselhos.

É bem sabido que MacArthur tinha aspirações políticas já na eleição presidencial de 1948.



*O General David H. Petraeus, do Exército dos EUA (à esquerda), então Comandante da Força Multinacional no Iraque, cumprimenta o então Senador Barack Obama, na chegada deste ao aeroporto internacional de Bagdá, Iraque, 21 Jul 08.*

Truman ficou tão preocupado com a possibilidade de que MacArthur se candidatasse contra ele que reuniu-se com o então General Eisenhower, em julho de 1947, e ofereceu-se para ser o seu companheiro de chapa, concorrendo à Vice-Presidência, caso MacArthur buscasse a nomeação republicana<sup>45</sup>. Além disso, acredita-se que MacArthur via a questão de Taiwan não só como um assunto militar, mas também uma como “arma na política doméstica”<sup>46</sup>. Em janeiro de 1950, o quartel-general de MacArthur divulgou um *briefing* sigiloso do Departamento de Estado que prognosticava a conquista iminente da ilha, em um esforço para criar um embaraço ao governo Truman e auxiliar politicamente os republicanos no Congresso<sup>47</sup>.

### **Efeito na Tropa**

Aprovações públicas a candidatos presidenciais por oficiais-generais da Reserva têm o potencial de legitimar a disseminação de política partidária na Força regular, da ativa. Como adverte certo acadêmico, “Os capitães e os sargentos têm a

impressão de que, embora seja permitida mais liberdade aos militares da Reserva do que aos soldados da ativa, não há nada de errado em um militar articular opiniões partidárias”<sup>48</sup>. Ironicamente, um argumento que o próprio Almirante da Reserva William Crowe ofereceu para justificar seu apoio ao então candidato à Presidência Bill Clinton foi “destruir o mito” que “ninguém, nas Forças Armadas norte-americanas, era Democrata...”<sup>49</sup> Quando militares de alto escalão da Reserva emprestam seu cargo, posto e prestígio a um candidato ou a um partido político, um efeito propagador pode ocorrer nas fileiras do serviço ativo, um efeito que potencialmente incentiva a política partidária no seio das Forças Armadas e que desgasta ainda mais a ética tradicional da profissão militar.

### **Efeito no Público Norte-Americano**

A possibilidade de ver oficiais da Reserva apoiando candidatos rivais gera o risco de solapar a confiança que o público norte-

americano tem na neutralidade política das Forças Armadas<sup>50</sup>. Nas palavras de Huntington, “A política está além do escopo da alçada militar, e a participação de militares nela mina seu profissionalismo, reduzindo sua competência profissional, dividindo a profissão contra ela mesma e substituindo valores profissionais por valores estranhos à profissão”<sup>51</sup>. Além disso, o grande apreço que o público estadunidense tem pelas Forças Armadas, nos últimos anos, talvez seja colocado em risco, caso os comandantes da ativa sejam afiliados com a linha política da liderança civil a quem servem. “Uma força militar politicamente cônica parece ser apenas mais um grupo de pressão agindo no sentido de avançar suas visões e interesses, e não a instituição neutra do Estado e a personificação da nação”, escreveu o professor de história Richard H. Kohn<sup>52</sup>.

### Solucionando o Problema

A lei existente não proporciona um meio adequado para abordar o assunto. Há poucas restrições legais sobre o endosso político de militares seniores da Reserva a candidatos presidenciais. A Lei *Hatch*, (Título 5 do Código dos EUA, parágrafos 7324-26), que serve como a principal restrição legal para atividades políticas de funcionários federais, não se aplica às Forças Armadas<sup>53</sup>.

O Código Geral de Justiça Militar (*Uniform Code of Military Justice — UCMJ*) fornece apenas uma limitação teórica sobre as atividades políticas de oficiais da Reserva. Contrariamente à noção popular, a maioria dos oficiais-generais da Reserva permanece sujeita à lei militar, ainda que estes raramente sejam processados por violações do UCMJ<sup>54</sup>. O Artigo 2º especifica que três categorias de militares na Reserva podem ser submetidas à corte marcial: os integrantes da Reserva de um componente regular das Forças Armadas que têm direito a receber soldo; os integrantes da Reserva de um componente da Reserva [neste caso, “Reserva” significa “o ramo de qualquer Força Singular, no qual os integrantes são chamados ao serviço ativo apenas em situações de emergência ou de guerra” — N. do T.] que estão recebendo hospitalização de uma Força Singular; e os integrantes das Reservas da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais<sup>55</sup>.

O Artigo 88º do UCMJ proíbe discursos depreciativos dirigidos contra o Presidente ou contra o Vice-Presidente, mesmo na situação em que qualquer deles seja candidato à Presidência. Teoricamente, um oficial da Reserva que, agindo como tal, critica publicamente o Presidente ou o Vice-Presidente de maneira pejorativa, pode ser submetido a julgamento perante a corte marcial, por tal conduta. As cortes marciais contra militares da Reserva são extremamente raras, contudo. Há registro de somente uma corte marcial de um integrante da Reserva por discursos depreciativos e ela resultou em absolvição. A causa judicial envolveu um músico da Reserva do Exército que, em 1918, disse que o Presidente Woodrow Wilson e o governo eram “subservientes a capitalistas e ‘tolos, por pensar que podem transformar um homem em um soldado em três meses e em um oficial, em seis”<sup>56</sup>.

Além disso, a aplicação do UCMJ a oficiais que estão na Reserva, como uma tentativa para restringir seus discursos políticos, criaria grandes objeções da Primeira Emenda da Constituição [liberdade de expressão — N. do T.]. Como o Nono Distrito do Tribunal de Apelação dos EUA observou em “Comissão Eleitoral Federal *versus Fulgatch*”, 807 F.2d (9th Circuit, 1987) (*FEC v. Fulgatch*, 807 F.2d 857), “Nenhum direito de expressão é mais importante para nossa democracia participativa do que a expressão política”. O Congresso poderia legislar para criar restrições civis que proibam especificamente que militares da Reserva usem títulos militares em ambientes políticos, de forma semelhante às proibições existentes nos Regulamentos Conjuntos de Ética (*Joint Ethics Regulations*) e nos “Padrões de Conduta Ética, para Funcionários do Poder Executivo”<sup>57</sup>. Essa restrição estatutária não afetaria a capacidade de oficiais da Reserva de participarem no processo político; simplesmente impor uma limitação constitucionalmente viável sobre a forma pela qual participam.

No curto prazo, a limitação mais eficaz sobre o apoio político está nas próprias Forças Armadas. Antes que esse problema possa ser resolvido, contudo, as Forças Armadas, como uma instituição, têm de determinar que a ética profissional militar de neutralidade política se

estende, ao menos até certo ponto, aos postos e às graduações de militares na Reserva em geral, e em particular aos apoios políticos de militares na Reserva agindo em suas capacidades, como tal. Se ainda é possível que esse problema seja corrigido, dado o gradual e longo desgaste da neutralidade política de oficiais-generais da Reserva e a aparente falta de restrições legais, a solução para esse mal institucional deve

vir das próprias Forças Armadas. Oficiais da Reserva que alcançaram o posto de oficial-general passaram a maior parte de suas vidas profissionais nas Forças Armadas. Adotaram a cultura e o sistema de valores delas e devem manter-se sensíveis e atentos à censura a eles dirigida por representantes institucionais, com respeito a seu comportamento depois de passarem para a Reserva Remunerada.**MR**

## REFERÊNCIAS

1. BABINGTON, Charles. "Generals and Admirals Battle Perceptions of Kerry", *The Washington Post*, 30 jul. 2004, p. A28.
2. E-mail a Nancy Davidson do General Wesley Clark, 26 jun. 2008.
3. BELLANTONI, Christina; DINAN, Stephen. "Obama Defends His, McCain's Patriotism", *The Washington Times*, 1 jul. 2008, p. A1.
4. "Clark Downplays McCain's Heroism", *WashingtonTimes.com*, 30 jun. 2008, disponível em: <<http://www.washingtontimes.com/news/2008/jun/30/clark-downplays-mccains-heroism/>>.
5. FOLEY, James E.; HART, John D.; WEBB, Ernie. *West Point Sketch Book: USMA Bicentennial Edition* (Bloomington, Ind.: AuthorHouse, 2004), trecho em "Propriety and Discipline under Thayer", *Assembly*, 63 (mar./abr. 2005), p. 7.
6. WOOSTER, Robert. *The Military and United States Indian Policy, 1865-1903* (Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1988), p.109.
7. HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations* (Cambridge, Mass.: Belknap Press, 1957), p. 258.
8. WOOSTER, p. 75.
9. JORDAN, David M. *Winfield Scott Hancock: A Soldier's Life* (Bloomington: Indiana Univ. Press, 1988), p. 226-28, p. 238-40, p. 300-306.
10. HUNTINGTON, *The Soldier and the State*, p. 161-62.
11. Consulte CRAY, Ed. *General of the Army George C. Marshall, Soldier and Statesman* (New York: W. W. Norton, 1990), p. 145; consulte também KOHN, Richard H. "The Erosion of Civilian Control of the Military in the United States Today", *Naval War College Review*, 55 (Summer 2002), p. 27.
12. Consulte CRAY, p. 586.
13. KOHN, "The Erosion of Civilian Control of the Military in the United States Today", p. 27.
14. CRAY, p. 586.
15. *Ibid.*, p. 587.
16. *Ibid.*, p. 638.
17. PERRET, Geoffrey. *Eisenhower* (Holbrook, Mass.: Adams Media Corp., 1999), p. 396.
18. KOHN. "The Erosion of Civilian Control of the Military in the United States Today", p. 9, 26.
19. Department of Defense Directive (DODD) 1344.10, *Political Activities by Members of the Armed Forces*, 19 fev. 2008, p. 4.1.2.
20. Military Rule of Evidence 508, *Manual for Courts-Martial United States* (Washington: Joint Service Committee on Military Justice, 2008), p. III-33.
21. WITTE, Brian. "Naval Academy Graduates Get Civic Lesson from Gates", *The Washington Post*, 26 mai. 2007, p. A24.
22. SHANKER, Thom. "Military Chief Warns Troops about Politics", *The New York Times*, 26 mai. 2008, p. A10.
23. GOODWIN, Doris Kearns. *Team of Rivals: The Political Genius of Abraham Lincoln* (New York: Simon and Schuster, 2005), p. 666.
24. ISBY, David C. "Rumsfeld and the Army: Transformation and Confrontation", *The Washington Times*, 16 jun. 2003, p. A19; consulte também KOHN. "The Erosion of Civilian Control of the Military in the United States Today", p. 26; e RICKS, Thomas E. *Making the Corps* (New York: Scribner, 1997), p. 279.
25. KOHN. "The Erosion of Civilian Control of the Military in the United States Today", p. 26; consulte também RICKS, *Making the Corps*, p. 280 e p. 282.
26. RICKS, *Making the Corps*, p. 283.
27. "Military Donations Seen Favoring Obama", *The Washington Times*, 15 ago. 2008, p. A7.
28. KOHN, "The Erosion of Civilian Control of the Military in the United States Today", p. 26.
29. ISBY, p. A19.
30. DODD 1344.10, p. 4.3.1.
31. QUINN, Sally. "Gen. Jones and the Anonymous Long Knives", *The Washington Post*, 18 mai. 2009, p. A19.
32. STEWART, David O. *The Summer of 1787: The Men Who Invented the Constitution* (New York: Simon and Schuster, 2007), p. 27-28, p. 158-59.
33. PERRY, James M. *Touched with Fire: Five Presidents and the Civil War Battles that Made Them* (New York: Public Affairs Press, 2003), p. 233, p. 168, p. 301-302.
34. 26 U.S.C. § 527(e); EDSALL, Thomas B. "Campaign Finance Measure Approved", *The Washington Post*, 6 abr. 2006, p. A1.
35. BERTHELSEN, Christian; COILE, Zachary. "Republican 527's Gaining Ground", *The Washington Times*, 21 out. 2004, p. A4.
36. CORRADO, Anthony et al., *The New Campaign Finance Sourcebook* (Washington: Brookings Institution Press, 2005), p. 7, p. 77.
37. EDSALL, Thomas B.; WILLIS, Derek. "Fundraising Records Broken by Both Major Political Parties", *The Washington Post*, 3 dez. 2004, p. A7.
38. KOHN, Richard H. "General Elections: The Brass Shouldn't Do Endorsements", *The Washington Post*, 19 set. 2000, p. A23; KOHN, Richard H. "Military Endorsements Harm National Interest", *The Washington Times*, 15 out. 2000, p. B2.
39. KOHN, "The Erosion of Civilian Control of the Military in the United States Today", p. 26.
40. RICKS, Thomas E. "Bush's Brass Band Raises Some Questions", *The Washington Post*, 22 set. 2000, p. A23.
41. KOHN, "General Elections", p. A23.
42. CROWE, William J. Jr., com CHANOFF, David. *The Line of Fire: From Washington to the Gulf, the Politics and Battles of the New Military* (New York: Simon and Schuster, 1993), p. 342.
43. SHALIKASHVILI, John M. "Old Soldiers Don't Have to Fade Away", *The Wall Street Journal*, 17 ago. 2004, p. A19.
44. SORLEY, Lewis. *Honorable Warrior: Harold K. Johnson and the Ethics of Command* (Lawrence: Univ. Press of Kansas, 1998), p. 272-73.
45. DANA, Rebecca; CARLSON, Peter. "Harry Truman's Forgotten Diary: 1947 Writings Offer Fresh Insight on the President", *The Washington Post*, 11 jul. 2003, p. A1, A10.
46. MACDONALD, Callum A. *Korea, the War before Vietnam* (New York: The Free Press, 1987) p. 21.
47. *Ibid.*
48. COHEN, p. A12.
49. CROWE, p. 343.
50. COHEN, p. A12.
51. HUNTINGTON, Samuel P. "The Military Mind: Conservative Realism of the Professional Military Ethic", reimpresso em WAKIN, Malham M. ed., *War, Morality, and the Military Profession* (Boulder, Colo.: Westview Press, 1981), p. 37.
52. KOHN. "General Elections", p. A23.
53. Department of Defense (DOD) 5500.7-R, *Joint Ethics Regulation*, change 6, 23 Março 2006, p. 6-202.
54. Para uma discussão abrangente sobre a jurisdição das corte marciais sobre militares da Reserva, consulte IVES, J. Mackey; DAVIDSON, Michael J. "Court-Martial Jurisdiction over Retirees under Articles 2(4) and 2(6): Time to Lighten Up and Tighten Up", *Military Law Review*, 175 (mar. 2003), p. 1-85.
55. *Uniform Code of Military Justice*, artigo 2(a)(4)-(6), 2008.
56. DAVIDSON, Michael J. "Contemptuous Speech against the President", *Army Lawyer* (Julho 1999), p. 1, 4, nota 41.
57. DOD 5500.7-R, 2-304; 5 CFR § 2635.702(b).